



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181207 - AL (2021/0222603-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : MENDO SAMPAIO SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380
GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO E
OUTRO(S) - PE025000
NATHÁLIA PAZ SIMÕES - PE027934
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE MACEIÓ - AL
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE MACEIÓ - SJ/AL
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido de liminar suscitado por MENDO SAMPAIO S/A, em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1a. VARA CÍVEL DE MACEIÓ (AL) e o JUÍZO FEDERAL DA 5a. VARA DE ALAGOAS (SJ-AL).

Alega que está em processo de recuperação judicial no Juízo de Direito da 1a. Vara Cível de Maceió (AL), sob n. 0725543-76.2013.8.02.0001, cujo pedido de recuperação foi deferido em 2/10/2013. Aduz que seu plano de recuperação judicial foi aprovado pela assembleia geral de credores e homologado em 1º/7/2014, e seus termos estão sendo cumpridos integralmente (fls. 3-4).

Afirma, ainda, que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA ajuizou a execução fiscal n. 0005453-70.2011.4.05.8000 contra si, no Juízo Federal da 5a. Vara de Alagoas (SJ-AL), que, a despeito do conhecimento de sua recuperação judicial, determinou o prosseguimento da execução, com a determinação de atos de constrição do seu patrimônio.

Defende a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio, principalmente sobre penhora de valores destinados ao pagamento dos seus credores.

Postula, liminarmente, o imediato sobrestamento da execução fiscal em comento, bem como de qualquer ato de constrição de seu patrimônio, e a designação do Juízo de Direito da 1a. Vara Cível de Maceió (AL) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não estão preenchidos os requisitos da concessão da medida liminar postulada, inicialmente, porque não há demonstração de que o Juízo Federal da 5ª Vara de Alagoas (SJ-AL) tenha determinado atos de execução sobre o patrimônio da suscitante, que estejam na iminência de serem efetivados e capazes de caracterizar o *periculum in mora* autorizador da liminar postulada.

Confira-se, a propósito, a decisão proferida às fls. 899-901, datada de 2/7/2021:

1. Trata-se de nova petição formulada pela executada (id.7740510) em 13/01/2021 por meio da qual pleiteia, uma vez mais, a extinção desta execução sob o argumento de que o crédito cobrado já foi objeto de habilitação no processo de recuperação judicial que tramita no Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Maceió.
2. Ocorre que este Juízo, único competente para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública (art.5º da Lei nº 6.830/80) já deliberou e indeferiu a mesma pretensão (id.4774360) na decisão id.7010796, proferida em 25/08/2020, transitada em julgado em 23/10/2020 (vide certidão id.8079909). Logo, resta claro que aqui se trata de questão já decidida e alcançada pela coisa julgada material, razão pela qual o rejeito os requerimentos deduzidos na petição id.7740510.
3. Por oportuno, entendo por bem, nos termos dos arts.9º e 10 do CPC, determinar a intimação de executada e exequente, no prazo sucessivo de 30 (trinta) dias, a iniciar pela primeira, para se manifestarem sobre a desafetação do Tema 987, pelo Superior Tribunal de Justiça, dadas as alterações promovidas na Lei 11.101/2005, por meio da Lei 14.112/2020, sobretudo a nova redação do art.6º, §7º-B.
4. Deverá o IBAMA, dentro do mesmo prazo concedido no item 3 supra, demonstrar o cumprimento do quanto decidido pelo TRF5 quando do julgamento da Ação Anulatória nº 0000882-27.2009.4.05.8000 (id.4477268), com a consequente alteração da CDA que instrui o presente feito.
5. Após a manifestação das partes, retornem-me conclusos para deliberação.
6. Providências necessárias.

Assim, descaracterizada a urgência necessária para a concessão da medida liminar, uma vez que não há nos autos demonstração da iminência da prática de atos constitutivos em desfavor da suscitante, *prima facie*, não se verifica a necessidade de eventual concessão da medida liminar.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo Ministro relator.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vistas ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente